

Secretários apresentam demandas prioritárias da Agricultura ao ministério

Qui 23 maio

A secretária de [Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais](#), Ana Valentini, e outros 16 secretários de Estado participaram, nessa quarta-feira (22/5), em Brasília, de reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri). Empenhado em fortalecer a representatividade do conselho e avançar na conquista de demandas comuns a todas as regiões do país, o grupo de gestores definiu quatro pontos que avalia serem ações para atuação prioritária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A primeira frente é a defesa agropecuária, com prioridade para a erradicação da peste suína clássica no Nordeste brasileiro e ações preventivas para evitar o risco de pandemia da peste suína africana. Além disso, o grupo solicitou que seja revisto o cronograma de retirada da vacinação contra a febre aftosa, a fim de que seja estabelecida a mesma data para todos os estados, a realização de inspeções sanitárias em plantas frigoríficas por médicos veterinários da iniciativa privada e atenção ao risco de introdução de pragas nas lavouras.

O segundo pleito é a revisão completa do Plano Safra; seguido da regularização fundiária; e da assistência técnica e extensão rural. “Entendemos que todas essas questões são de extrema relevância para o desenvolvimento do agronegócio. Em Minas, por exemplo, enfrentamos um sério problema de regularização fundiária, com mais de 100 mil propriedades sem documento de posse da terra”, contextualizou a secretária Ana Valentini.

No início da noite, a ministra Tereza Cristina recebeu do presidente do Conseagri, Efraim Morais, o ofício com o pleito dos secretários. “O encontro foi muito produtivo. Queremos ser parceiros da ministra e reconhecemos que ela tem demonstrado vontade de participar dessa discussão entre os estados e o governo federal, que ela tão bem conhece por já ter sido

presidente do Conseagri. Estamos muito otimistas por saber que este diálogo existe e que vai continuar. Nossa intenção não é apenas trazer problemas, mas também propor soluções”, resumiu.

Crédito: Divulgação/Seapa

Eleição no Conseagri

Também durante a reunião do Conseagri foi realizada a eleição da diretoria. Nos próximos dois

anos, quem vai presidir o conselho é o secretário de Agricultura da Paraíba, Efraim de Araújo Moraes.

A estrutura vai contar, ainda, com cinco vice-presidências e com um secretário-executivo. Além do ofício entregue à ministra, o secretariado aprovou a revisão do estatuto da instituição. A próxima reunião do conselho foi agendada para julho.

Cosud

Seguindo a agenda na capital federal, a secretária Ana Valentini se reuniu com outros secretários do grupo da Agricultura no Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud). A reunião foi uma preparação para o encontro com os governadores neste sábado (25/5), em Gramado (RS).

Dando continuidade às ações para a modernização da defesa agropecuária, referendada pelos governadores como ponto de trabalho prioritário para a Agricultura dos estados do Sul e Sudeste, os gestores iniciaram a prévia das discussões sobre a viabilidade de elaboração de um protocolo-padrão do Cosud. Caso não seja aprovado o pleito de uma única data para a retirada, em todo o país, da vacinação contra a Febre Aftosa, a ideia é buscar junto ao Mapa uma negociação para a retirada da vacinação conjunta nos estados que integram o Cosud.

Os secretários também comentaram os resultados da pesquisa sobre a defesa agropecuária em seus estados, a fim de que sejam estabelecidos parâmetros comuns de atuação. Na apresentação de Minas, a secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ana Maria Valentini, apresentou alguns pontos positivos do trabalho realizado pelo [Instituto Mineiro de Agropecuária \(IMA\)](#), instituição vinculada à secretaria.

Entre eles constam a qualificação dos técnicos e eficácia do controle epidemiológico, com produção de dados de interesse para o setor produtivo. Sobre as frentes que precisam ser melhoradas, a gestora apontou a necessidade de pessoal, de recursos, tanto para custeio quanto para investimento, e o excesso de burocracia da legislação. A partir deste diagnóstico, serão construídas diretrizes de trabalho.